



SUMÁRIO

PARTE I

DIREITO DO TRABALHO

I. TEORIA GERAL DO DIREITO DO TRABALHO	43
1. Referências históricas do Direito do Trabalho	43
2. Referências históricas do Direito do Trabalho no Brasil	46
3. A Consolidação das Leis do Trabalho como principal legislação trabalhista do Brasil	48
4. Do cenário legislativo atual no Brasil	50
5. Definição do Direito do Trabalho. Autonomia. Natureza Jurídica	52
6. Divisões do Direito do Trabalho	53
7. Da Constitucionalização do Direito do Trabalho	54
8. Princípios do Direito do Trabalho	56
8.1. Da distinção entre normas, regras e princípios	56
8.2. Conceito e finalidades dos princípios	56
9. Princípios Constitucionais do Direito do Trabalho	58
9.1. Valor social do trabalho	58
9.2. Melhoria da condição social do trabalhador	59
9.3. Dignidade da pessoa humana do trabalhador	60
10. Dos Princípios clássicos do Direito do Trabalho	63
10.1. Proteção	64
10.1.1. Norma mais favorável	64

10.1.2. <i>In dubio pro operario</i>	65
10.1.3. Condição mais benéfica	66
10.2. Irrenunciabilidade de direitos	67
10.2.1. Da renúncia e transação no Direito do Trabalho	67
10.3. Continuidade	69
10.4. Primazia da realidade	69
10.5. Boa-fé	70
10.6. Razoabilidade	71
11. Das fontes do Direito do Trabalho	71
11.1. Das espécies normativas no Direito do Trabalho	72
11.1.1. Constituição Federal	72
11.1.2. Leis Trabalhistas	73
11.1.3. Medidas Provisórias	73
11.1.4. Costume	74
11.1.5. Jurisprudência	75
11.1.6. Precedente judicial	76
11.1.7. Das Súmulas em matéria trabalhista	78
11.1.8. Doutrina	81
11.1.9. Regulamento de Empresa	81
11.1.10. Sentença normativa	82
11.1.11. Direito Comparado	82
11.1.12. Acordos e Convenções Coletivas do Trabalho	83
11.1.13. Direito Comum	83
11.1.14. Decretos do Presidente da República e Portarias do Ministério do Trabalho	84
12. Integração do Direito do Trabalho	84
12.1. Analogia	85
12.2. Equidade	85
12.3. Aplicação do Direito comum ao Direito do Trabalho	86
13. Normas Internacionais (Convenções da OIT)	86
14. Das regras de interpretação do Direito do Trabalho	88
15. Regras de interpretação constitucional	90

16. Limitação da interpretação das Normas Coletivas pelos Tribunais Trabalhistas (Lei 13.467/17)	92
17. Aplicação da lei trabalhista no tempo	93
18. Aplicação das normas do direito do trabalho no espaço	95
19. Flexibilização e desregulamentação das normas trabalhistas	96
II. DA RELAÇÃO DE TRABALHO	99
1. Os conceitos de relação de trabalho e relação de emprego	99
2. Relações de Trabalho que não configuram relação de emprego	101
2.1. Trabalhador autônomo	101
2.2. Do autônomo exclusivo	102
2.3. Prestador de serviços vinculados às plataformas digitais (UBER)	103
2.3.1. Pejotização	105
2.4. Trabalhador eventual	107
2.5. Trabalhador voluntário	107
2.6. Trabalhador avulso	109
2.7. Do trabalhador cooperado	111
2.8. O empreiteiro e o contrato de empreitada	113
2.9. Do estagiário	115
2.10. Do representante comercial	118
III. DO EMPREGADO	121
1. Conceito e requisitos	121
1.1. Pessoa natural	122
1.2. Serviços de natureza não eventual	122
1.3. Subordinação	122
1.3.1. Meios telemáticos e informatizados. Controle e supervisão	124
1.4. Pessoalidade	124
1.5. Onerosidade	125
2. Modalidades especiais de empregados	125
2.1. Dos altos empregados	125
2.2. Diretor de S/A	126

2.3. Cláusula de não concorrência do alto empregado e efeitos no contrato de trabalho	127
2.4. Da possibilidade de o alto empregado negociar cláusulas contratuais	128
3. Empregados Domésticos	129
3.1. Direitos dos domésticos	131
4. Empregado Rural	135
4.1. Singularidades do trabalhador rural	136
5. Do trabalho fora do estabelecimento do empregador	137
6. Do trabalho em domicílio (<i>home office</i>)	137
7. Do teletrabalho	138
IV. DO EMPREGADOR	143
1. Conceito	143
2. Características do empregador	144
3. Do empregador por equiparação	145
4. Grupo de empresas ou empregadores	145
4.1. Do reconhecimento do grupo de empresas na execução trabalhista	148
5. Consórcio de empregadores	149
5.1. Consórcio de Empregadores Rurais	150
5.2. Consórcio de Empregadores Urbanos	151
6. Da sucessão de empregadores	152
7. Falência e Recuperação Judicial – efeitos nos créditos trabalhistas e sucessão de empregadores	155
8. A responsabilidade patrimonial do sócio e a desconsideração da personalidade jurídica no Direito do Trabalho	163
9. Da responsabilidade do sócio retirante	167
10. Teoria inversa da desconsideração da personalidade jurídica	168
11. Do incidente de desconsideração da personalidade jurídica	170
V. DO CONTRATO DE TRABALHO	175
1. Do contrato. Definição e Princípios	175
2. Do contrato de trabalho	177

3. Das tratativas preliminares do contrato de trabalho. Manifestação da vontade e Pré-contrato	179
4. Contrato de trabalho tático	180
5. Requisitos de validade do contrato de trabalho	180
6. Nulidades do contrato de trabalho	182
7. Direitos e obrigações do empregador	184
7.1. Direitos inerentes ao poder diretivo	184
7.2. Monitoramento do <i>e-mail</i>	184
7.3. Das revistas	185
8. Obrigações do empregador	186
8.1. Proteção de dados pessoais dos empregados (Lei Geral de Proteção de Dados)	187
9. Direitos e obrigações do empregado	191
10. Dos contratos por prazo determinado	192
10.1. Contratos por prazo determinado e as garantias de emprego	194
11. Contrato de experiência ou de prova	195
12. Do contrato de trabalho intermitente	196
13. Terceirização da prestação de serviços e contrato de trabalho	200
14. Terceirização na Administração Pública	206
15. Aspectos Processuais da terceirização	213
16. Da responsabilidade nos contratos de subempreitada	216
16.1. Da responsabilidade do dono da obra nos contratos de empreitada	216
VI. DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	219
1. Conceito de alteração contratual e requisitos	219
2. Direito de resistência do empregado	221
3. Alteração da função	221
4. Retorno ou reversão	222
5. Promoção	223
6. Rebaixamento	224
7. O acúmulo de função	224
8. Da transferência do empregado	225
9. Empregados excluídos da proteção da intransferibilidade	227

10. Adicional de transferência	228
11. Transferência abusiva e direito de resistência do empregado	229

VII. DA SUSPENSÃO E INTERRUÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO 231

1. Dos conceitos de interrupção e suspensão do contrato de trabalho e efeitos	231
2. Prescrição durante os períodos de suspensão e interrupção	232
3. Hipóteses de suspensão contratual	232
3.1. Afastamento em decorrência do serviço militar	232
3.2. Acidente de Trabalho	233
3.3. Suspensão disciplinar	234
3.4. Suspensão para fins de inquérito judicial para apuração de falta grave	234
3.5. Aposentadoria por invalidez	235
3.6. Suspensão do contrato de trabalho em razão de violência doméstica (Lei Maria da Penha)	236
3.7. Suspensão do contrato de trabalho para qualificação profissional	238
4. Hipóteses de interrupção contratual (artigo 473 da CLT)	239
4.1. A questão do Limbo previdenciário-trabalhista	242
4.2. Afastamento do empregado de isolamento para enfrentamento de emergência de saúde pública (Lei 13.979/20)	242
4.3. Licença-maternidade	245

VIII. DA EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO 249

1. Conceito e nomenclaturas utilizadas	249
2. Da dispensa individual	250
3. Da dispensa coletiva	251
4. Da justa causa	255
4.1. Necessidade de o empregador informar ao empregado os motivos da Justa Causa	257
5. Do ônus da prova da justa causa	258
6. Hipóteses que autorizam a dispensa por justa causa	258
6.1. Ato de improbidade	259
6.2. Mau procedimento	259
6.3. Incontinência de conduta	259

6.4. Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador e quando constituir ato de concorrência à empresa para a qual trabalha o empregado, ou for prejudicial ao serviço ..	259
6.5. Condenação criminal	260
6.6. Desídia	260
6.7. Embriaguez habitual ou em serviço	260
6.8. Violação de segredo da empresa	261
6.9. Ato de indisciplina	262
6.10. Insubordinação	262
6.11. Abandono de emprego	262
6.12. Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem	263
6.13. Ato lesivo da honra e boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem	263
6.14. Prática constante de jogos de azar	264
6.15. Perda da habilitação ou dos requisitos estabelecidos em lei para o exercício da profissão em decorrência de conduta dolosa do empregado	264
6.16. Atos atentatórios à segurança nacional (Incluído pelo Decreto-Lei nº 3/66)	264
6.17. A ausência de vacinação do empregado contra o Covid-19 e a possibilidade de dispensa por justa causa	264
7. Dano moral (extrapatrimonial) e justa causa	265
8. Extinção por culpa recíproca	266
9. Do pedido de demissão	267
10. Da rescisão indireta do contrato de trabalho	268
11. Ônus da prova na rescisão indireta do contrato de trabalho	270
12. Hipóteses de rescisão indireta do contrato de trabalho	270
12.1. Forem exigidos serviços superiores às suas forças, defesos por lei, contrários aos bons costumes ou alheios ao contrato	270
12.2. For tratado pelo empregador ou por seus superiores hierárquicos com rigor excessivo	270
12.3. Correr perigo manifesto de mal considerável	271
12.4. Não cumprir o empregador as obrigações do contrato	271

12.5. Praticar o empregador ou seus prepostos, contra ele ou pessoas de sua família, ato lesivo de honra e boa fama	272
12.6. O empregador ou seus prepostos ofenderem-no fisicamente, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem	272
12.7. O empregador reduzir o trabalho, sendo este por peça ou tarefa, de forma a afetar sensivelmente a importância dos salários	272
12.8. O empregado poderá suspender a prestação dos serviços ou rescindir o contrato quando tiver de desempenhar obrigações legais incompatíveis com a continuação do serviço	273
12.9. No caso de morte do empregador constituído em empresa individual, é facultado ao empregado rescindir o contrato de trabalho	273
13. Opção por continuar no trabalho enquanto aguarda decisão de processo trabalhista	273
14. Extinção do contrato de trabalho por adesão do trabalhador a plano de demissão voluntária (PDV)	273
15. Da extinção do contrato de trabalho por acordo entre as partes	275
16. A extinção do contrato de trabalho por acordo extrajudicial homologado em juízo	276
17. Fato príncipe	278
18. Da Força Maior	280
19. Do falecimento do empregado e do empregador pessoa física	282
20. Extinção dos contratos por prazo determinado	283
21. A questão da aposentadoria e a extinção do contrato de trabalho	284
22. Das verbas rescisórias (formalidades e pagamento)	286
22.1. Termo de quitação anual de obrigações trabalhistas	289
23. Do Aviso Prévio: conceito e modalidades	290
23.1. Da proporcionalidade do aviso prévio (Lei 12.506/2011)	294
IX. ESTABILIDADE E GARANTIA DE EMPREGO	297
1. Conceitos: Estabilidade e Garantia de emprego	297
2. A Constituição de 1988, a Convenção 158 da OIT e o fim da estabilidade	298
3. Garantias de emprego	301
4. Garantia de emprego da gestante e mãe adotante	303
5. Membro de CIPA	307
6. Dirigente Sindical	309

6.1. Do inquérito judicial para apuração de falta grave pelo dirigente sindical	310
7. Empregado Acidentado	311
8. Empregado reabilitado e portador de necessidades especiais	313
9. Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	314
X. DA DURAÇÃO DO TRABALHO	321
1. Do Direito Fundamental à limitação de jornada de trabalho	321
2. Da jornada de trabalho	322
3. Horas de percurso ou “in itinere”	324
4. Horas de Sobreaviso e prontidão	325
5. Turnos ininterruptos de revezamento	327
6. Jornada de trabalho a tempo parcial	329
7. Da prorrogação da jornada de trabalho	331
8. Da prorrogação de horas decorrentes de atividade insalubre	333
9. Compensação de horas	334
10. Do banco de horas	336
11. Efeitos da irregularidade do acordo de compensação de horas	338
12. A compensação da jornada no regime 12X36	339
13. Dos empregados excluídos do regime de limitação da jornada de trabalho	342
13.1. Da jornada externa	343
13.2. Cargos de gestão	344
13.3. Empregados em regime de teletrabalho	345
13.4. A questão da jornada do bancário que desempenha função de confiança	345
14. Da prova da jornada de trabalho e do ônus da prova	348
15. Do Trabalho noturno	350
16. Dos períodos de descanso	352
17. Do intervalo interjornada	352
18. Do Intervalo intrajornada	353
19. Do intervalo do digitador e <i>telemarketing</i>	358
20. Do descanso semanal remunerado e feriados	359
21. Das férias: conceito e natureza jurídica	365

22. Da aquisição do direito a férias	366
23. Do período concessivo das férias	368
24. Das férias coletivas	371
25. Da remuneração e do abono de férias	372
26. Dos efeitos da extinção do contrato de trabalho nas férias	375
27. Da prescrição das férias	376

XI. DO SALÁRIO E REMUNERAÇÃO 377

1. Conceitos de salário e remuneração e caracteres	377
2. Das gorjetas e sua natureza jurídica	378
3. Parcelas que integram o salário	380
3.1. Comissões	381
3.2. Gratificações	382
3.3. Utilidades (salário “in natura”)	382
3.4. Décimo terceiro salário	386
3.5. Adicionais	387
3.5.1. Adicionais de horas extras e noturno	387
3.5.2. Adicional de transferência	387
3.5.3. Do adicional de insalubridade	388
3.5.4. Do adicional de periculosidade	390
3.5.5. Da cumulatividade dos adicionais de insalubridade e periculosidade	393
4. Parcelas que não integram o salário	395
4.1. Prêmios	395
4.2. Abono	395
4.3. Ajuda de custo	395
4.4. Diárias para viagem	396
4.5. Participação nos lucros	396
5. Parcelas salariais de natureza controvertida	399
5.1. Gueltas	399
5.2. <i>Stock options</i>	399
5.3. Direitos de imagem e arena	400
6. Regras protetivas do salário	404

6.1. Irredutibilidade do salário	404
6.2. Impenhorabilidade do salário	406
6.3. Intangibilidade salarial	408
7. Modalidades de salário	410
8. Salário Mínimo	410
9. Do salário profissional	412
10. Do salário Normativo ou Convencional	413
11. Da correção Monetária do Salário	413
12. Do <i>Truck system</i>	418
13. Periodicidade de pagamento do salário	419
14. Não discriminação salarial	419
15. Formalidades de pagamento	420
16. Da equiparação salarial	421
17. Salário não estipulado e equiparação salarial por equivalência	427
18. Desvio de função	428
XII. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA	429
1. Dos conceitos de prescrição e decadência	429
2. O regramento constitucional da prescrição trabalhista	431
3. Da prescrição de parcelas sucessivas	433
3.1. Complementação de Aposentadoria	434
4. Causas de interrupção, impedimento e suspensão da prescrição	435
5. Prescrição da pretensão declaratória	439
6. Da prescrição intercorrente	440
7. Do momento de arguição da prescrição	443
8. Reconhecimento da prescrição de ofício	444
9. Prescrição aplicável para as ações que não envolvem uma parcela trabalhista <i>stricto sensu</i>	448
10. Da prescrição do dano moral (extrapatrimonial) decorrente da relação de trabalho	448
11. Prescrição dos danos materiais e morais decorrentes do acidente de trabalho	450
12. O não decurso do prazo prescricional enquanto a responsabilidade pelo fato lesivo estiver sendo apurada no juízo criminal	453

XIII. DA RESPONSABILIDADE CIVIL NO DIREITO DO TRABALHO 457

1. Do dano	457
2. A responsabilidade civil	458
3. Da responsabilidade civil do empregador por danos causados a seus empregados	459
4. Da responsabilidade civil do empregador por atos de seus prepostos ou empregados por danos causados a terceiros	460
5. Da responsabilidade do empregado por danos causados ao empregador	460
6. Da responsabilidade do empregador pelos danos causados ao empregado decorrentes do acidente de trabalho	461
6.1. Do acidente de trabalho: questões conceituais	461
6.2. Teorias sobre a responsabilidade civil do empregador no acidente de trabalho	465
6.3. Teoria da responsabilidade subjetiva do empregador pela reparação dos danos causados ao empregado no acidente de trabalho	465
6.4. Teoria da responsabilidade objetiva do empregador pela reparação dos danos causados ao empregado no acidente de trabalho	466
6.5. Teoria da responsabilidade objetiva do empregador pela reparação dos danos causados ao empregado nas atividades de risco	466
6.6. Teoria da responsabilidade subjetiva com culpa presumida do empregador	469
7. Do dano moral (extrapatrimonial) decorrente da relação de trabalho ...	470
8. Dano moral (extrapatrimonial) reflexo ou em ricochete	477
9. Reparabilidade do dano moral e requisitos	479
10. Assédio moral	481
11. Assédio sexual	484
12. Dano estético e dano moral	485
13. O dano moral coletivo	486
14. Do valor da reparação por danos morais	491

XIV. NORMAS TUTELARES 495

1. Da Carteira de Trabalho e Previdência social	495
2. Da proteção ao trabalho da mulher	498
2.1. Das práticas discriminatórias	499

2.2. Dos atestados de gravidez	500
2.3. Da proteção à maternidade	501
3. Da proteção ao trabalho do menor	508
3.1. Do contrato de aprendizagem	512
3.1.1. Requisitos do contrato de aprendizagem	513
3.1.2. Da extinção do contrato de aprendizagem	514
3.2. Da prescrição contra o menor	515
XV. DIREITO COLETIVO DO TRABALHO	517
1. Conceito e finalidades	517
2. Do interesse coletivo	518
3. Dos princípios do Direito Coletivo do Trabalho	520
3.1. Princípios específicos do Direito Coletivo do Trabalho	520
3.1.1. Liberdade Sindical	520
3.1.2. Princípio da liberdade de associação	522
3.1.3. Equilíbrio entre os Entes Coletivos	523
3.1.4. Boa-Fé objetiva dos Entes Coletivos	524
3.1.5. Participação obrigatória do Sindicato nas negociações Co- letivas	524
3.1.6. Princípio da adequação setorial negociada	524
4. Pluralidade X Unicidade Sindical	525
5. Das categorias profissional, econômica e diferenciada	526
6. Do Sindicato	528
7. Do Enquadramento Sindical	530
8. Desmembramento da categoria e surgimento de novo sindicato	532
9. Entidades Sindicais de nível superior	533
10. As centrais sindicais	534
11. Das receitas sindicais	535
11.1. Contribuição Sindical	536
11.2. Da contribuição confederativa	537
11.3. Contribuição assistencial	538
11.4. Mensalidade Sindical	540
12. Comissão de representantes de empregados	540

13. Condutas antissindicaís	542
14. Do conflito coletivo de trabalho	545
14.1. Das formas de solução dos conflitos coletivos de trabalho	547
14.1.1. Autotutela	547
14.1.2. Autocomposição	548
14.1.3. Heterocomposição	548
14.1.4. Mediação e Conciliação	549
15. Da Negociação Coletiva de Trabalho: acordos e convenções coletivas de trabalho	551
15.1. Flexibilização de direitos trabalhistas por meio de convenções e acordos coletivos de trabalho	553
15.2. Direitos indisponíveis na negociação coletiva sob a ótica da Lei 13.467/17	558
15.3. Requisitos para celebração de acordos e convenções coletivas de trabalho e conteúdo de suas cláusulas	560
15.4. Prazo de vigência da norma coletiva e a questão da ultratividade	563
15.5. Da possibilidade de negociação direta entre trabalhadores e empresa (art. 617 da CLT)	565
15.6. Prevalência das disposições constantes do acordo coletivo sobre a convenção coletiva de trabalho	566
15.7. Anulação de acordos e convenções coletivas e Ação Anulatória ...	568
16. Competência da Justiça do Trabalho para as controvérsias decorrentes de matéria sindical	574
17. Do Poder Normativo da Justiça do Trabalho Brasileira	578
18. Do dissídio coletivo	581
18.1. A questão do comum acordo para ajuizar o dissídio coletivo de natureza econômica	583
18.2. Como resolver o impasse se o sindicato forte se recusa a negociar?	588
18.3. Do procedimento no dissídio coletivo	589
19. Da ação de cumprimento	594
20. Da substituição processual (legitimidade extraordinária) e atuação do Sindicato	597
21. Da greve	605
21.1. Conceito e origens	605

21.2. Greve dos servidores públicos	607
21.3. Do procedimento da greve: direitos e obrigações	608
22. Locaute	614
23. As ações decorrentes da greve e competência da Justiça do Trabalho ...	615
24. Arbitragem nos conflitos coletivos	618
25. Das Comissões de Conciliação Prévia	621
BIBLIOGRAFIA	627

PARTE II

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

I. TEORIA GERAL DO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	637
1. Do conflito trabalhista	637
2. Das formas de solução dos conflitos trabalhistas	637
2.1. Autotutela	637
2.2. Autocomposição	638
2.3. Heterocomposição	638
2.4. Mediação e conciliação	638
3. Das comissões de conciliação prévia	640
4. Arbitragem no direito processual do trabalho	641
5. Do processo	643
6. Conceito e autonomia do direito processual do trabalho	643
7. Princípios: conceito e funções	645
8. Dos princípios constitucionais do processo	646
9. Devido processo legal	646
10. Do Juiz e do Promotor Natural	647
11. Igualdade ou isonomia	648
12. Acesso à Justiça	648
13. Contraditório e ampla defesa	649
14. Duplo grau de jurisdição	649
15. Motivação das decisões judiciais	650

16. Publicidade	650
17. Vedação da prova ilícita	651
18. Duração razoável do processo	651
19. Dos princípios específicos do Direito Processual do Trabalho	652
20. Protecionismo processual	652
21. Informalidade	653
22. Conciliação	653
23. Oralidade	654
24. Majoração dos poderes do juiz do trabalho na direção do processo	655
25. Função social do processo do trabalho	656
26. Subsidiariedade	656
27. Normatização Coletiva	657
28. Das fontes do direito processual do trabalho	657
29. Interpretação do direito processual do trabalho	662
30. As lacunas do Processo do Trabalho e aplicação do Código de Processo Civil	663
31. Da vigência da norma processual trabalhista e as regras de direito intertemporal	668
32. A reforma processual trabalhista e as Regras de Direito Intertemporal	668
II. ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO	671
1. Referências históricas e evolução da justiça do trabalho brasileira	671
2. Dos órgãos da justiça do trabalho e das garantias da magistratura do trabalho	672
3. Do Juiz do Trabalho e das Varas do Trabalho	673
4. Dos Tribunais Regionais do Trabalho	674
5. Do Tribunal Superior do Trabalho	675
6. Dos serviços auxiliares da justiça do trabalho	675
III. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO	677
1. Do conceito e divisões da competência	677
2. Competências absoluta e relativa	678
3. Da competência material da justiça do trabalho	678
4. Controvérsias oriundas e decorrentes da relação de trabalho	679

5. Relação de consumo	681
6. Servidor público. Relação estatutária	682
7. Os contratos de empreitada e a pequena empreitada	684
8. Entes de direito público externo	685
9. Outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho (inciso IX do art. 114 da CF)	686
9.1. A questão da competência penal da Justiça do Trabalho	689
10. Ações que envolvem o exercício do direito de greve	691
11. Ações sobre representação sindical	694
12. <i>Habeas corpus</i>	695
13. Mandado de segurança	696
14. <i>Habeas data</i>	697
15. Ações de indenização por danos morais e patrimoniais decorrentes da relação de trabalho	697
16. Penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos da fiscalização do trabalho	699
17. Execução, de ofício, das contribuições sociais das sentenças que proferir	700
18. Da competência territorial	702
19. Competência funcional da justiça do trabalho	704
20. Da modificação da competência na Justiça do Trabalho	705
21. Conflitos de competência entre órgãos que detêm jurisdição trabalhista	706

IV. DAS PARTES E DOS PROCURADORES NA JUSTIÇA DO TRABALHO 709

1. Dos sujeitos no processo do trabalho	709
2. Da capacidade para ser parte no Processo do Trabalho	709
3. Da representação e assistência no processo do trabalho	710
4. O <i>jus postulandi</i> no Processo do Trabalho	713
5. Da sucessão de partes no Processo do Trabalho	714
6. Da substituição processual (legitimidade extraordinária) e atuação do Sindicato	715
7. Do Litisconsórcio	725
8. Do litisconsórcio previsto na CLT	731
9. Do advogado na Justiça do Trabalho	731

10. Da procuração	733
11. Dos honorários advocatícios no Processo do Trabalho	737
12. Dos honorários advocatícios que decorrem da sucumbência	739
13. Da assistência judiciária e justiça gratuita no processo do trabalho	748
14. Da justiça gratuita ao empregador e pessoa jurídica	752
15. Dos deveres das partes e dos procuradores	753
16. Da litigância de má-fé no Processo do Trabalho	755
17. Do assédio processual	757
17.1. Da litigância predatória	760
18. Da intervenção de terceiros no processo do trabalho	762
19. Assistência	763
20. Nomeação à autoria	765
21. Oposição	766
22. Denúnciação da lide	768
23. Chamamento ao processo	771
24. A intervenção do <i>amicus curiae</i>	772
25. Ministério Público do Trabalho	773
26. Hipóteses de atuação do Ministério Público do Trabalho	776

V. DOS ATOS PROCESSUAIS 783

1. Conceito de atos, fatos e negócios processuais	783
2. Princípios dos atos processuais	785
3. Da prescrição e reflexos no processo do trabalho	788
4. Da prescrição intercorrente	793
5. Reconhecimento da prescrição de ofício pelo Juiz do Trabalho	797
6. Dos prazos processuais	800
7. Da contagem dos prazos processuais	800
8. Da comunicação dos atos processuais trabalhistas	804
9. Das despesas processuais no processo do trabalho	808
10. Da prática de atos processuais por meios eletrônicos e Processo Judicial Eletrônico	811
11. Das nulidades dos atos processuais	815

VI. DA PETIÇÃO INICIAL E DA RESPOSTA 819

1. Da petição inicial no processo do trabalho	819
2. Requisitos da petição inicial trabalhista	820
3. Da emenda e do aditamento da inicial no processo do trabalho	826
4. Documentos que devem acompanhar a inicial trabalhista	826
5. Do indeferimento e inépcia da petição inicial	827
6. Da resposta no processo do trabalho	830
7. Da contestação	830
8. Das preliminares da contestação	834
9. Da compensação e da retenção como matérias de defesa	838
10. Matérias que podem ser invocadas depois da contestação	839
11. Das exceções	840
12. Exceções de impedimento e suspeição	841
13. Exceção de incompetência territorial	844
14. Da reconvenção	846

VII. DA AUDIÊNCIA TRABALHISTA 851

1. Conceito e singularidades	851
2. Formalidades da audiência trabalhista	854
3. Da gravação audiovisual da audiência pelas partes e advogados	858
4. Da audiência por videoconferência	860
5. Da Sala de Audiências e os locais destinados às partes, advogado, magistrado e Ministério Público	863
6. O procedimento da audiência trabalhista quando há o comparecimento do juiz do trabalho e das partes	864
7. A questão da representação do reclamado por preposto na audiência trabalhista	868
8. Efeitos processuais da ausência das partes à audiência	870
8.1. Ausência do reclamante (arquivamento) e possibilidade de representação do reclamante	870
8.2. Da ausência do reclamado. Da revelia e seus efeitos	873
8.3. Da presença do advogado e a ausência imotivada do preposto	876
8.4. Hipóteses de não aplicabilidade dos efeitos da revelia	876
9. Da ausência do advogado	878
10. Ausência do reclamante e do reclamado	879

VIII. PROVAS NO PROCESSO DO TRABALHO 881**I – TEORIA GERAL DA PROVA 881**

1. Do conceito e finalidade da prova	881
2. Objeto da prova	883
3. Dos indícios e máximas de experiência	885
4. Da prova do direito	886
5. Princípios reitores da prova no processo do trabalho	886
5.1. Necessidade da prova	886
5.2. Contraditório e ampla defesa	887
5.3. Licitude e probidade da prova	887
5.4. Aquisição processual	887
5.5. Convencimento motivado do juiz	887
5.6. Aptidão para a prova	888
5.7. Lealdade processual e boa-fé	888
6. A prova emprestada no Direito Processual do Trabalho	889
7. A prova ilícita e o Processo do Trabalho	891
8. Do ônus da prova (estático e dinâmico)	893
9. Da inversão do ônus da prova no Direito Processual do Trabalho	897
10. A revelia e a produção de provas no Direito Processual do Trabalho	898
11. Os poderes instrutórios do Juiz do Trabalho	900
12. Fases do Procedimento Probatório	901
13. Da produção antecipada da prova	904
14. Da produção de provas orais por videoconferência	905
15. Provas digitais	907

II – DAS PROVAS EM ESPÉCIE 912

16. Interrogatório e depoimento pessoal	912
17. Da confissão	916
18. Da prova documental	919
19. Documentos trabalhistas típicos	922
20. Oportunidade para juntada dos documentos. Autenticidade e impugnação	925
21. Da ata notarial	929

22. Da prova testemunhal	930
23. Da qualificação da testemunha. Impugnação. Contradita	938
24. Da produção da prova testemunhal	941
25. Do falso testemunho no Processo do Trabalho e o Juiz do Trabalho diante do falso testemunho	944
26. Da aplicação da multa à testemunha por litigância de má-fé no processo do trabalho	945
27. Da prova pericial	947
28. Sistemática da realização da perícia	950
29. Da prova pericial simplificada	953
30. Do pagamento dos honorários periciais	953
31. Da inspeção judicial	956

IX. SENTENÇA TRABALHISTA E COISA JULGADA 959

1. Conceito e singularidades da sentença trabalhista	959
2. Requisitos estruturais da sentença trabalhista	961
3. Classificação das sentenças	967
4. Nulidades da sentença	969
5. Do saneamento das nulidades da sentença	972
6. Do julgamento parcial do mérito	973
7. Do julgamento de improcedência liminar	975
8. A sentença trabalhista e a hipoteca judiciária	976
9. Da coisa julgada	978
10. Limites subjetivos da coisa julgada	980
11. Limites objetivos da coisa julgada	980
12. Dos efeitos da coisa julgada criminal no Processo do Trabalho	982

X. DOS RECURSOS NO PROCESSO DO TRABALHO 985

I – DA TEORIA GERAL DOS RECURSOS TRABALHISTAS 985

1. Conceito e fundamento dos recursos	985
2. Classificação dos recursos	986
3. Princípios dos recursos trabalhistas	987
4. Duplo grau de jurisdição	987
5. Taxatividade	988

6. Singularidade ou unirrecorribilidade	988
7. Fungibilidade	989
8. Proibição da <i>reformatio in pejus</i>	989
9. Variabilidade	990
10. Dialeticidade	990
11. Da remessa necessária ou recurso de ofício	991
12. Decisões irrecorríveis de imediato no processo do trabalho	993
12.1. Decisão interlocutória	993
12.2. Dissídios de alçada	996
12.3. Despachos	997
13. Pressupostos recursais	997
14. Pressupostos recursais intrínsecos	998
14.1. Cabimento	998
14.2. Legitimidade	998
14.3. Interesse recursal	1000
15. Pressupostos recursais extrínsecos	1003
15.1. Preparo	1003
15.2. Depósito recursal	1003
15.3. Regularidade formal	1011
15.4. Tempestividade	1013
16. Efeitos dos recursos trabalhistas	1014
16.1. Do efeito devolutivo	1014
16.2. Efeito translativo	1016
16.3. Regressivo	1016
16.4. Substitutivo	1017
16.5. Suspensivo	1017
17. Do processamento dos recursos trabalhistas	1018
18. Majoração dos poderes do relator e aplicação do art. 932 do CPC	1020
19. A jurisprudência dos Tribunais	1023
19.1. A questão do precedente judicial	1023
19.2. Das Súmulas	1025
19.3. Força vinculante da jurisprudência dos Tribunais	1028

19.3.1. Nova sistemática de avaliação do conhecimento, pelos tribunais regionais do trabalho, do recurso de revista quando a decisão regional observou os precedentes do TST	1032
19.4. Da uniformização da jurisprudência pelos Tribunais Regionais do Trabalho	1033
19.5. Do incidente de Resolução de Demandas Repetitivas no âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho	1036
19.6. Do incidente de Assunção de Competência	1040
19.7. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas no TST	1041
II – DOS RECURSOS TRABALHISTAS EM ESPÉCIE	1051
20. Dos embargos de declaração	1051
21. Embargos de declaração em face de decisão interlocutória	1055
22. Embargos de declaração e contraditório	1055
23. Embargos de declaração protelatórios e multa	1056
24. Do recurso ordinário	1057
25. Do Recurso de Revista	1061
26. Hipóteses de cabimento do Recurso de Revista	1068
27. Execução de sentença	1073
28. Execução de título executivo extrajudicial, execução fiscal e certidão negativa de débitos trabalhistas	1073
29. Admissibilidade do recurso e saneamento de nulidades	1073
30. Recurso de revista no rito sumaríssimo	1074
31. Transcendência no recurso de revista	1075
32. Efeitos do recurso de revista	1079
33. Dos embargos para o TST	1080
34. Embargos infringentes	1084
35. Embargos de divergência	1084
36. Embargos de nulidade	1085
37. Processamento dos embargos no TST	1086
38. Do recurso extraordinário no âmbito trabalhista	1087
39. Da repercussão geral no recurso extraordinário	1088
40. Do processamento do recurso extraordinário	1090
41. Recurso extraordinário e execução de sentença trabalhista	1091
42. Agravo de petição	1091

43. Agravo de instrumento	1094
44. Do recurso adesivo	1096
45. Do agravo regimental	1097

XI. LIQUIDAÇÃO NO PROCESSO DO TRABALHO 1099

1. Do conceito de liquidação e natureza jurídica	1099
2. Da liquidação por cálculos	1104
3. Liquidação por arbitramento	1106
4. Liquidação por artigos (pelo procedimento comum)	1107
5. Da natureza da decisão que decide a liquidação no processo do trabalho e impugnabilidade	1108
6. Liquidação de títulos executivos extrajudiciais no Processo do Trabalho	1110

XII. EXECUÇÃO TRABALHISTA 1113

1. Do conceito de execução trabalhista	1113
2. Dos princípios da execução trabalhista	1113
2.1. Primazia do credor trabalhista	1113
2.2. Menor onerosidade ao executado	1114
2.3. Princípio do título	1114
2.4. Redução do contraditório	1114
2.5. Patrimonialidade	1115
2.6. Efetividade	1115
2.7. Utilidade	1115
2.8. Subsidiariedade	1116
2.9. Sincretismo processual	1116
2.10. Atipicidade dos meios executivos	1117
3. Dos pressupostos processuais e condições da ação na execução	1122
4. Do mérito da execução	1124
5. Do título executivo	1124
6. Títulos executivos judiciais	1126
7. Títulos executivos extrajudiciais	1129
8. Do procedimento da execução por títulos executivos extrajudiciais no Processo do Trabalho	1132

9. Da competência para a execução trabalhista	1133
10. Legitimidade para promover a execução	1134
11. Da responsabilidade patrimonial	1137
12. Responsabilidade do sucessor	1138
13. Responsabilidade do sócio	1139
14. Do sócio que se retirou da sociedade há mais de 2 anos da data do ingresso da ação	1143
15. Teoria inversa da desconsideração da personalidade jurídica	1144
16. Do incidente de desconsideração da personalidade jurídica	1145
17. Bens do cônjuge ou companheiro	1149
18. Responsabilidade da empresa do mesmo grupo econômico que não participou da fase de conhecimento	1149
19. Da fraude à execução no Processo do Trabalho	1151
20. Da fraude à execução e fraude contra credores	1154
21. Do ato atentatório à dignidade da Justiça	1155
22. Da execução provisória na justiça do trabalho	1157
23. Da penhora de dinheiro na execução provisória	1161
24. Execução provisória de obrigação de fazer	1162
25. Execução em face da Fazenda Pública	1162
26. Execução em face da Massa Falida e empresas em Recuperação Judicial	1173
27. Da execução de parcelas sucessivas	1180
28. Execução da parcela previdenciária	1180
29. Da execução de obrigações de fazer e não fazer na Justiça do Trabalho	1187
30. Do início da execução trabalhista e da citação do executado	1189
31. Do procedimento de cumprimento de sentença previsto no art. 523 do CPC	1191
32. Protesto extrajudicial da sentença trabalhista não cumprida	1194
33. Da certidão negativa de débitos trabalhistas	1196
34. Da penhora – conceito e ordem preferencial	1197
35. Dos bens impenhoráveis	1206
36. Da penhora de dinheiro e bloqueio de contas bancárias	1213
37. Da formalização da penhora	1215

38. Do depósito dos bens penhorados e a figura do depositário	1218
39. Dos meios de defesa do executado e terceiro em face da execução	1220
39.1. Dos embargos à execução	1220
39.2. Da exceção de pré-executividade	1223
39.3. Dos embargos de terceiro	1225
40. Da hasta pública e expropriação de bens no Processo do Trabalho	1228
41. Remição da execução	1232
42. Lance mínimo e lance vil	1232
43. Da impugnação da expropriação no processo do trabalho	1233

XIII. DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS TRABALHISTAS 1237

1. Jurisdição voluntária	1237
2. Jurisdição Voluntária para homologação de acordo extrajudicial trabalhista	1237
2.1. Da reclamação pré-processual	1240
3. Do rito sumário	1241
4. Do rito sumaríssimo	1241
5. Inquérito judicial para apuração de falta grave	1245
6. Do dissídio coletivo	1247
6.1. A questão do comum acordo para ajuizar o dissídio coletivo de natureza econômica	1249
6.2. Como resolver o impasse se o sindicato forte se recusa a negociar?	1254
6.3. Do procedimento no dissídio coletivo	1255
7. Da ação de cumprimento	1261

XIV. PROCEDIMENTOS E AÇÕES CIVIS APLICÁVEIS AO PROCESSO DO TRABALHO 1265

1. Da Tutela Provisória	1265
2. Da tutela antecipada	1267
2.1. Da tutela antecipada das obrigações de fazer e não fazer e dar no Processo do Trabalho	1275
3. Da tutela inibitória e sua aplicação no Processo do Trabalho	1277
4. Da tutela cautelar	1280
4.1. Do procedimento das tutelas cautelares	1282

5. Da tutela da evidência	1283
6. Ação rescisória na Justiça do Trabalho	1285
6.1. Hipóteses de cabimento da ação rescisória	1288
6.2. Questões processuais e procedimento da Ação Rescisória	1294
7. Da Ação Civil Pública na esfera trabalhista	1302
7.1. Sentença e coisa julgada na Ação Civil Pública	1310
8. Da Ação Civil Coletiva	1315
9. Ação anulatória na Justiça do Trabalho	1316
9.1. Ação anulatória de normas convencionais na Justiça do Trabalho	1318
10. Correição parcial na Justiça do Trabalho	1327
11. Mandado de Segurança	1329
11.1. Procedimento do mandado de segurança na Justiça do Trabalho	1334
11.2. Do Mandado de Segurança Coletivo	1340
12. Da ação de consignação em pagamento na Justiça do Trabalho	1342
BIBLIOGRAFIA	1345